

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 135.453

ENTIDADE: Gabinete Militar

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n. 11.244/2019/Plenário/TCE-AC exarada nos autos n. 124.248 (Prestação de Contas do Gabinete Militar, referente ao exercício 2016).

RESPONSÁVEL: Raimundo Nonato Aires da Silva

RECORRENTE: Ministério Público de Contas

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 11.841/2020

PLENÁRIO

EMENTA: RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. PRESTAÇÃO DE CONTAS. REGULARIDADE COM RESSALVA. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS. DESPROVIMENTO.

1. Embora constatado o descumprimento do previsto no artigo 60, da Lei n. 4.320/64, entretanto, excepcionalmente, diante da ausência de dano ao erário, do pagamento ter se dado no mesmo exercício e do diminuto montante despendido, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e que não foi editada por esta Corte de Contas a classificação de irregularidades e ressalvas, é possível catalogar a falha apontada como ressalva, considerando o previsto no artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

2. Recurso de Reconsideração desprovido.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, na 1400ª Sessão Plenária Ordinária Virtual, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) DESPROVER o RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO** apresentado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, mantendo o Acórdão n. 11.244/2019/Plenário, pelos seus próprios fundamentos e **2) ARQUIVAR** os autos, após as formalidades de estilo.

Rio Branco - Acre, 30 de abril de 2020.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

JOÃO IZIDRO DE MELO NETO
Procurador-Chefe do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 135.453

ENTIDADE: Gabinete Militar

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n. 11.244/2019/Plenário/TCE-AC exarada nos autos n. 124.248 (Prestação de Contas do Gabinete Militar, referente ao exercício 2016).

RESPONSÁVEL: Raimundo Nonato Aires da Silva

RECORRENTE: Ministério Público de Contas

RELATORA: Cons.^a Dulcinéa Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Trata-se de **RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO** interposto pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**, com o objetivo de reformar o Acórdão n. 11.244, do Plenário, de 16 de maio de 2019, prolatado nos autos n. 124.248, que se referiam à Prestação de Contas do Gabinete Militar, referente ao exercício de 2016. Eis os termos do julgado recorrido, cuja relatoria para o Acórdão coube ao i. CONSELHEIRO ANTONIO JORGE MALHEIRO¹:

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. GABINETE MILITAR. FALHA MERAMENTE FORMAL. REGULARIDADE COM RESSALVA.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por maioria**, nos termos do **voto do Conselheiro Antonio Jorge Malheiro: 1) pela REGULARIDADE COM RESSALVA** da Prestação de Contas do Gabinete Militar do Governo do Estado do Acre, exercício financeiro de 2016, de responsabilidade do Senhor **RAIMUNDO NONATO AIRES DA SILVA**, mantendo como ressalva a recomendação ao gestor para que doravante efetue despesas da forma como disciplinada no ordenamento jurídico pátrio, com o correto empenho, liquidação e pagamento, sob o risco de incorrer em irregularidade; e **2) após as formalidades de estilo, pelo arquivamento** dos autos. Vencido o Conselheiro-Relator José Augusto Araújo de Faria, que foi seguido pelo Conselheiro Valmir Gomes Ribeiro ao votarem pela: 1) emissão de Acórdão considerando irregular a prestação de Contas do representante do Gabinete Militar do Governo do Estado do Acre, Senhor Raimundo Nonato Aires da Silva; 2) aplicação de multa sanção ao representante do Gabinete Militar do Governo do Estado do Acre, Senhor Raimundo Nonato Aires da Silva, com fulcro na Lei Complementar Estadual n° 38/93, art. 54, Parágrafo único, no valor de R\$7.140,00 (sete mil cento e quarenta reais); 3) recomendação ao atual Gestor da unidade à implementação das recomendações feitas pela 1ª Inspeção Geral de Controle Externo, nos itens 5.3.1, 5.3.2, 5.3.3 e 5.4, do segundo relatório da DAFO.

¹ Relator: Conselheiro José Augusto Araújo de Faria;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

2. Irresignado com a decisão, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS** manejou tempestivamente o presente Recurso de Reconsideração, conforme se depreende do protocolo acostado à fl. 01 dos autos e Certidão de fl. 02.
3. Afirmou o *Parquet* que as contas não poderiam ter sido julgadas regulares, com ressalva, tendo em vista que o pagamento de diárias, sem o prévio empenho, contrariou o previsto no artigo 60, da Lei n. 4.320/64, pelo que requereu o conhecimento e o provimento do Recurso de Reconsideração, para considerar irregulares as contas do Gabinete Militar, relativas ao exercício de 2016 (fl. 01).
4. Processo distribuído em 25-10-2019 e após encaminhado à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, esta se manifestou, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, pelo desprovimento do Recurso apresentado - fls. 38/41.
5. Por fim, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS** se pronunciou, por meio do i. Procurador Dr. Sérgio Cunha Mendonça, pelo provimento do Recurso de Reconsideração (fls. 47/49).
6. É o Relatório.
7. Rio Branco, 30 de abril de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 135.453

ENTIDADE: Gabinete Militar

NATUREZA: Recurso de Reconsideração

OBJETO: Recurso de Reconsideração da decisão contida no Acórdão n. 11.244/2019/Plenário/TCE-AC exarada nos autos n. 124.248 (Prestação de Contas do Gabinete Militar, referente ao exercício 2016).

RESPONSÁVEL: Raimundo Nonato Aires da Silva

RECORRENTE: Ministério Público de Contas

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Antes de apreciar o mérito recursal, cumpre informar que o Recurso de Reconsideração atende a todos os pressupostos recursais, **razão pela qual dele conheço e passo à análise do mérito.**
2. Em síntese, o recorrente busca a reforma do Acórdão n. 11.244/2019/Plenário, que, no julgamento das contas do Gabinete Militar, relativas a 2016, as julgou regulares, com ressalva, valendo como ressalva o desacordo com o artigo 60, da Lei n. 4.320/64², que disciplina ser vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
3. No presente caso, no exercício de 2016, foi destinada ao Gabinete Militar o montante de R\$ 689.185,71 (seiscentos e oitenta e nove mil cento e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos), tendo sido destinados R\$ 8.543,30 (oito mil quinhentos e quarenta e três reais e trinta centavos) ao pagamento de diárias, o qual foi realizado em momento posterior aos deslocamento dos beneficiários, consoante se vê à fl. 12 dos autos originários.
4. Assim como consignado, está claro o descumprimento do previsto no artigo 60, da Lei n. 4.320/64, entretanto, excepcionalmente, diante da ausência de dano ao erário, do pagamento ter se dado no mesmo exercício e do diminuto montante despendido, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e que não foi editada por esta Corte de Contas a classificação de irregularidades e ressalvas,

² Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

§ 2º Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

§ 3º É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

tenho ser possível catalogar a falha apontada como ressalva, considerando o previsto no artigo 51, II, da Lei Complementar Estadual n. 38/93. Transcrevo do Tribunal de Contas de Minas Gerais:

EMENTA: AUDITORIA – DESPESAS CONTRAÍDAS E NÃO EMPENHADAS NO RESPECTIVO EXERCÍCIO – OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS E NÃO CUMPRIDAS NO PERÍODO – DESOBEDIÊNCIA ÀS METAS FISCAIS DE RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO PARA O EXERCÍCIO DE 2012 – APLICA-SE MULTA AO RESPONSÁVEL. 1) O fato de as despesas que deveriam ter sido empenhadas em 2012 terem sido reconhecidas em 2013 e, conseqüentemente, empenhadas à conta de “Despesas de Exercícios Anteriores”, não tem o condão de sanar a irregularidade acerca da inobservância ao disposto no art. 60 da Lei Federal n. 4.320/64, qual seja, a falta de empenho prévio de despesas. Contudo, deixa-se de aplicar sanção ao gestor pela falta de empenho prévio, haja vista que, ainda que em momento posterior, a despesa foi empenhada.[...] (Auditoria n. 924226, Relator Cons. Wanderley Ávila, j. em 23-03-2015)

5. Ressalte-se que esta Corte de Contas assim decidiu nos Acórdãos n.ºs 11.217, 11.271 e 11.558, todos de 2019.

6. Posto isso, **CONHEÇO** do **RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO** apresentado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS** e, no mérito, **VOTO** pelo:

7.1 **DESPROVIMENTO**, mantendo o Acórdão n. 11.244/2019/Plenário, pelos seus próprios fundamentos, e

7.2 após as formalidades de estilo, **REMESSA** dos autos ao ARQUIVO.

7. É como Voto.

8. Rio Branco, 30 de abril de 2020.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora